



Bloco de Notas

A oposição europeia à guerra

A oposição de vários países europeus – nomeadamente a França e a Alemanha – e de uma parte muito considerável das opiniões públicas europeias a uma guerra no Iraque tem a ver com o anti-americanismo, mas essa não é a sua principal justificação. Para Philip H. Gordon da Brookings Institution (<http://www.brookings.edu>) há melhores explicações. A primeira, “e mais óbvia”, é a “grande aversão à guerra entre a opinião pública europeia”, que viveu experiências traumáticas no seu próprio território há pouco mais de meio século. O segundo factor é o terrorismo, que atingiu os americanos no 11 de Setembro e hoje influencia toda a sua visão do mundo – e que os europeus acreditam que vai aumentar (e não diminuir, como parece pensar a Administração Bush) se os EUA invadirem um país árabe. Em terceiro lugar, os europeus são muito mais pessimistas quanto à estabilização do Iraque no pós-guerra do que a equipa do Presidente norte-americano, em parte porque têm uma experiência anterior no Médio Oriente, no início do século XX, e conhecem melhor a complexidade da região. Por último, a oposição europeia “é uma questão de ordem mundial”, escreve Gordon. “Não é anti-americanismo no sentido da hostilidade sistemática a tudo o que os EUA fizerem, mas uma recusa em aceitar a liderança americana apenas porque a América é uma grande potência”. 




Norman Mailer sobre Bush

Num artigo intitulado “Only in America” publicado na *New York Review of Books*, Norman Mailer traga um retrato do neoconservadorismo americano, interessante para quem quiser compreender as motivações da Administração Bush. Segundo Mailer, “Bush era diferente [de Pat Buchanan]. A divisão entre a sua escola de pensamento e a dos conservadores dos velhos valores poderá produzir uma dicotomia na direita tão clara como as diferenças entre comunistas e socialistas depois da I Guerra Mundial. Os ‘conservadores da bandeira’ como Bush defenderam em teoria alguns dos valores conservadores, mas no fundo estão-se nas tintas. Se ainda usaram alguns dos termos foi para não verem reduzida a sua base de apoio político. Usaram a bandeira. Adoravam palavras como ‘mal’ [...] Os conservadores da bandeira acreditam firmemente que a América não só é capaz de governar o mundo como deve fazê-lo”. Fica aqui apenas esta amostra de um texto demasiado rico para ser resumido e que vale a pena ler na íntegra. 



Angola entre a recuperação e a crise

Angola está neste momento numa encruzilhada entre “uma recuperação espectacular e novos ciclos de instabilidade e crise”, avisa o International Crisis Group num relatório intitulado “Dealing with Savimbi’s Ghost: The Security and Humanitarian Challenges in Angola”. Para evitar o regresso ao conflito, é fundamental que se enfrentem desde já importantes desafios humanitários e de segurança: a reinstalação nas áreas de origem de milhões de deslocados (dentro do país) e refugiados (nos países vizinhos); a reintegração “urgente” na vida civil de 105 mil combatentes da UNITA, cada um dos quais tem a seu cargo uma média de seis pessoas; e a remoção de milhões de minas espalhadas pelo território de Angola no último meio século. O ICG considera que se o Governo tentar resolver estes problemas de forma responsável, “Angola poderá estabilizar” e aconselha-o a que utilize os rendimentos do petróleo “para serviços sociais e investimento público e para conquistar um maior apoio para as suas políticas”. 



Os países na lista do TPI

De que país – ou melhor, de que guerra – é que o Tribunal Penal Internacional se irá ocupar primeiro? O Institute for War and Peace Reporting (<http://www.iwpr.net>) fez uma avaliação das probabilidades. O mais óbvio seria que o tribunal concentrasse as suas atenções no actual conflito no Iraque. Mas as cerca de 200 queixas que o TPI já recebeu dizem respeito a outras guerras e, embora não tenham ainda sido tornadas públicas, o IWPR especula sobre a sua proveniência e analisa as várias hipóteses. Das 89 nações que se inscreveram no TPI, apenas três têm conflitos a decorrer nos seus territórios: o Afeganistão, a Colômbia e a República Democrática do Congo (RDC). Fontes diplomáticas citadas pelo instituto afirmam que a Costa do Marfim, apesar de não ser membro, poderá também pedir a assistência do tribunal. A vantagem, para o tribunal, de trabalhar sobre o Afeganistão, é ter no terreno tropas internacionais e agências humanitárias que poderiam fornecer importantes elementos de prova. Se o tribunal se ocupar da situação na RDC, o instituto prevê que tenha que acrescentar o canibalismo à lista de crimes. Quanto à Colômbia, o IWPR recorda que as tropas americanas envolvidas na luta contra a droga beneficiam de imunidade perante o tribunal, mas o mesmo não acontece com as várias forças locais que participam no conflito e que recorrem frequentemente à intimidação, violência e tortura sobre a população civil. 